

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS PERSPECTIVAS DOS ALUNOS DO CURSO DE EDIFI- CAÇÕES DO CEFET/PB EM RELAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Josefa Maria de Araújo Fonseca

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB
e-mail: zezafonseca@uol.com.br

Maria Cristina Madeira da Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB
e-mail: cristina_madeira@uol.com.br

Glória das Neves Dutra Escarião

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação

Resumo

Neste trabalho, analisa-se as perspectivas dos alunos do curso de Edificações do CEFET/PB em relação ao mercado de trabalho. Para tanto, busca-se mostrar como se apresenta a educação em relação ao mercado de trabalho, trazendo à discussão uma visão panorâmica da realidade desse fenômeno – tanto nacional, como local. Nessa análise, verifica-se o nível de sintonia entre a ação formativa do CEFET/PB e as necessidades do mercado, bem como avalia-se a sua dinamicidade. Questões como: Quais as expectativas dos alunos do curso de Edificações do CEFET/PB em relação ao mercado de trabalho? Como estes percebem a relação entre sua formação e este mercado? Foram investigadas, buscando-se compreendê-las frente à realidade atual, na qual se inserem historicamente esses alunos.

Palavras-chave: Educação. Mercado de trabalho. Profissionalização

1. Introdução

A educação brasileira é marcada, desde sua origem, por uma divisão entre uma educação para o “consumo”, destinada à elite, e uma educação para os marginalizados. A miséria das famílias, o trabalho infantil, o analfabetismo e a baixa escolaridade básica excluem, hoje, um imenso contingente de jovens de uma melhor inserção no mercado de trabalho. Misturados aos agora desempregados de longa duração, forma-se na base do mercado de trabalho, não apenas uma super oferta de trabalhadores não qualificados e rebaixados, mas de indivíduos cujas deficiências, por estarem defasados, os tornam definitivamente fora do mercado regular.

Marcada por profundas transformações que afetam ideários, modos de vida, identidades e formas de sociedade, a conjuntura atual coloca grandes desafios para as mais diversas formas de práticas sócio-educativas e trabalhistas.

Os desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores consideradas as transforma-

ções no “mundo do trabalho” – passam inegavelmente pela configuração do atual mercado de trabalho trazendo, conseqüentemente, a expulsão do emprego formal e o esfacelamento da identidade de classe construída na experiência do trabalho.

As transformações ocorridas no processo produtivo e em todos os níveis da sociedade, resultantes dos avanços científico-tecnológicos têm exigido do trabalhador um saber fazer, um conhecer e, acima de tudo, um saber aprender, uma vez que as mesmas se processam de forma dinâmica, levando as instituições de formação profissional a refletirem e redirecionar o perfil dos profissionais e as respectivas qualificações.

Neste contexto, surge a educação tecnológica a qual pressupõe a produção dos saberes científico e tecnológico com vistas à formação de recursos humanos qualificados, capazes de atuar em diversas áreas do sistema produtivo em permanente evolução, em face do processo de modernização.

2. Marco teórico de referência

2.1. O Mercado de Trabalho

Na atual conjuntura, pode-se afirmar que a automação tem contribuído para o aumento do desemprego, levando o trabalhador para o mercado informal (no Brasil, hoje, aproximadamente 40% da população ativa). Sendo assim, tem-se uma diminuição do emprego estável e o crescimento do setor de serviços, além da desqualificação de milhões de trabalhadores.

Observa-se, também, a expansão de formas contratuais alternativas com o surgimento de subcontratação, encomendas de tarefas específicas e terceirização.

2.2. As novas exigências do mercado de trabalho frente à reestruturação produtiva: “novas competências”

Os anos 90 têm presenciado a intensificação e o aprofundamento de mudanças substantivas na dinâmica do capitalismo internacional gestadas nas duas décadas anteriores. A mundialização dos mercados, sua crescente integração, a deslocalização da produção para outros mercados, a multiplicidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, à mudança nas formas de concorrência e à cooperação interindustrial alicerçada em alianças estratégicas entre empresas e em amplas redes de subcontratação. A busca de estratégias de elevação da competitividade industrial, através da intensificação do uso das tecnologias informacionais e de novas formas de gestão do trabalho, são alguns dos elementos de sinalização das transformações estruturais que configuram a globalização econômica.

As mudanças tecnológicas certamente resultam em modificações na estrutura ocupacional, na diversidade de cargos e funções e alterações no processo de trabalho, modificações estas que exigem uma maior qualificação.

As novas tecnologias exigem do trabalhador operações cognitivas de um nível mais alto, sobretudo uma compreensão mais geral dos princípios científicos a ela subjacentes, exigências que estavam ausentes nos processos de trabalhos tradicionais da fábrica fordista e taylorista, além de exigirem dos trabalhadores competência, antes desprezada, como a “facilidade de comunicação, de compreensão de textos, de raciocínio abstrato, enfim, competências 'sociais', como as denominam os alemães, que somente são adquiridas através da

escola básica regular” (SALM, 1994, p. 58).

É exigido responsabilidade e competência como: precisão, cooperação, concentração, atenção a normas, disciplinas, assiduidade e consciência dos atos praticados além de criatividade, iniciativa, vontade de aprender e buscar soluções.

2.3. O trabalhador politécnico

Trata-se de um saber que em sua base engendra a dimensão técnico-científica, política e cultural da formação humana. É nesta ótica educativa que se podem formar cidadãos não só com competência técnica para produzir melhor e mais eficientemente, como também possuidores de caracteres básicas de competência política que lhes permitam apropriar-se do resultado do seu trabalho, ajudando na sua emancipação enquanto cidadão.

Seriam combinadas em um mesmo processo educativo, a formação teórica e a formação tecnológica, objetivando o ser omnilateral.

Sendo assim, a *“formação omnilateral (todas as dimensões do ser humano) não é uma educação genética, discursiva e portanto de um falso humanismo, sua dimensão politécnica contrapõe-se à perspectiva de treinamento em várias técnicas (polivalência do trabalhador). A polivalência pode ser constituída de inúmeras atividades brutalmente mecânicas e imbecilizadoras”* (FRIGOTTO, 1995, p. 68).

2.4. Políticas de geração de emprego e renda: algumas considerações

As políticas de geração de emprego e renda tendem a não atuar necessariamente sobre as causas do desemprego.

Por isso, no Brasil, uma política de geração de emprego, além de estar incorporada em um projeto de desenvolvimento nacional sustentado, deveria tratar diretamente sobre a terra, a infra-estrutura, a distribuição de renda, os serviços sociais e as relações de trabalho como elementos-chaves de enfrentamento do problema do desemprego nacional.

As políticas de trabalho, quando adequadamente utilizadas, podem contribuir para que o desenvolvimento econômico brasileiro seja alcançado com justiça social e reduzido desemprego.

Não há mais um mercado de trabalho. Tem-se uma arena imaginária, em articulação, dos diversos mercados que, juntos, acolhem pelo menos três formas básicas de relação ou acesso ao trabalho: são os assalariados legais com carteira de trabalho assinada; os assalariados ilegais sem carteira nos mercados não regulamentados e os que ocupam por conta própria os mercados de trabalho informais. Essas três formas de acesso dos recursos humanos ao mercado de trabalho viabilizam a reprodução da força de trabalho nos moldes mercantis, cuja absorção se dá em uma estrutura produtiva heterogênea em tecnologia e produtividade. Qualquer política de emprego tem que se adaptar a estas diferenças que possam reportar às estruturas de nossa economia.

3. Procedimentos Metodológicos

Os atores da pesquisa foram selecionados entre os concluintes do Curso de Edificações, 4ª série A, trinta (30) alunos: sendo sete (07) do sexo feminino e vinte e três (23) do sexo masculino. As idades variaram entre dezessete (17) a vinte e dois (22) anos, vinte e nove (29) deles solteiros e, apenas um (01) casado.

Tal escolha se deu pelo fato de se supor que, ao final do curso, os alunos apresentam um maior conhecimento acerca da profissionalização e do mercado de trabalho.

Escolheu-se a pesquisa do tipo qualitativa por estar em consonância com a visão que temos de que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivado do sujeito” (CHIZZOTTI, 1995).

Fundamentou-se a análise numa concepção histórico-crítica, analisando as representações dos alunos do curso de Edificações do CEFET/PB, no sentido de verificar quais suas expectativas em relação ao mercado de trabalho.

Analisou-se e interpretou-se as representações de forma contextualizada, considerando as variáveis, valores e perspectivas que são formadas dentro da própria classe social.

Entende-se representações como *“organização do real pelo sujeito, através do confronto de sua experiência concreta com a situação histórica na qual ela se processa. Esta organização, no entanto, não é atividade independente de indivíduos isolados. Está profunda e intrinsecamente ligada à divisão em classes sociais e às relações de produção”* (CARVALHO, C.M.C. e MADEIRA M.C., 1984, p. 53).

Neste sentido, assinalou-se as representações sob a ótica da teoria crítica, de forma a não perder de vista a totalidade dos fenômenos, tentando apreender a dinâmica das relações que há entre elas.

Por se tratar de um estudo de caso, esta pesquisa não teve a pretensão de construir generalizações.

Trabalhamos as categorias da reprodução e da contradição por estarem presentes em no objeto de estudo. Para esse fim, teve-se como suporte as análises dos autores FREITAG (1980), BRANDÃO (1981), CARNOY (1987), GIROUX (1986) e APPLE (1989).

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semi-aberto, contendo perguntas abertas e fechadas, que foi aplicado aos alunos.

A análise dos dados não aconteceu em uma etapa claramente distinta após a coleta, permeou todo o processo de investigação.

4. Representações dos Estudantes

Para entender melhor as representações dos estudantes, analisou-se suas falas, partindo de suas realidades, condições materiais e existenciais.

Entre os alunos, 46% são trabalhadores vinculados ao mercado formal e informal; 20% estão estagiando; os demais, 34%, dedicam-se exclusivamente aos estudos. Suas ocupações variam entre estagiários, desenhistas, projetistas, auxiliares de escritório, trabalhadores da área de informática, entre outras. As horas de serviço variam entre quatro (4) e oito (8) horas.

Do total de alunos entrevistados, 53% têm renda familiar acima de seis (06) salários mínimos; 24% entre quatro (04) e seis (06) e 23% de um (01) a três (03) salários mínimos.

Entre os alunos, 63% ingressaram no Curso de Edificações por decisão pessoal, 20% por influência dos pais, 13% por indicação de amigos e 4% por outros motivos.

Dos alunos que trabalham, 43% consideram que os conteúdos vistos em sala de aula têm contribuído para a prática cotidiana em seu trabalho; os demais (57%), acham que esses conteúdos não os têm ajudado suficientemente. 67% dos alunos avaliam o curso como

deficiente por falta de equipamentos de última geração, os demais (33%), atribuem conceito excelente.

Quanto às perspectivas para o ingresso no mercado de trabalho, 83% dos alunos afirmam que a maioria das empresas prefere a mão-de-obra mais barata à qualificada. Como pode-se ver na fala:

“A coisa está preta, o mercado se torna cada dia mais precário, principalmente, o número de vagas tende a diminuir, pois as empresas preferem mão-de-obra barata à qualificada”

Em meio aos conflitos e interações, os alunos manifestam suas representações localizando as visões que possuem sobre o mercado de trabalho, frente à preparação recebida no CEFET/PB, expressando suas concepções, temores, anseios, visões, revelando com isso suas posturas objetivas e coletivas.

Dificuldades como: escassez de vagas, baixos salários, competitividade de mercado foram apontadas pelos alunos. É interessante registrar que estes analisaram sem criticidade as questões políticas.

5. Considerações finais

Nas últimas duas décadas, a educação brasileira tem enfrentado intensificadas crises. A inserção da micro-eletrônica, o avanço da robótica e da informática, entre outros motivos, vêm causando a defasagem da educação em relação ao avanço da tecnologia.

A globalização da economia leva a empresa moderna à busca de qualidade que permite sobreviver em um mercado, em que a competitividade e a produtividade definem a permanência e a conquista do mercado consumidor.

A evolução conceitual e crítica da formação profissional, as necessidades e aspirações dos trabalhadores e os processos avançados de produção capitalista são aspectos considerados no processo de redefinição do ensino profissionalizante, cujas propostas devem propiciar a reflexão e compreensão crítica da realidade.

As relações da Escola com o mercado de trabalho não são simples, estreitas, pois esta não se encontra inteiramente subordinada às leis e mecanismos de funcionamento do mercado.

O CEFET/PB tem desenvolvido, ao longo dos anos, freqüentes modificações curriculares nas habilitações que oferta e a implantação de novos cursos, na tentativa de acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho, através de uma formação tecnológica, científica e humana, buscando permitir aos técnicos a capacidade de assimilar novos modelos, atuar criativamente e se adaptar às novas tecnologias.

Faz-se necessário uma reflexão rigorosa, radical e de conjunto sobre as seguintes perguntas:

- qual deverá ser a mudança pedagógica para atender às aspirações e necessidades do trabalhador?

- quais são os limites e possibilidades de efetiva omnilateralidade nas instituições de formação profissional na atual sociedade? e

- até que ponto o CEFET/PB tem se preocupado com as necessidades do aluno-trabalhador e egressos, enquanto indivíduos já inseridos ou em busca de inserção no mundo do trabalho?

A grande preocupação da maioria dos alunos concluintes, no que tange ao mercado de trabalho, é que a procura por emprego tem sido maior do que a demanda do mercado, além das empresas optarem por mão-de-obra barata.

Ao longo da pesquisa, notou-se que muitos alunos não estão satisfeitos com a vinculação do currículo em relação à realidade ora apresentada pelo mercado atual. Percebeu-se que muitos alunos não estão preocupados em exercer a profissão de técnico em Edificações, devido aos baixos salários que lhes são oferecidos. Isso os impele a tentar o exame de vestibular para que possam fazer carreiras universitárias, quer seja na área de engenharia civil, quer em outras áreas.

A questão teórico-prática que se destaca, após toda a análise, é a angústia de inúmeros educadores ao questionarem a possibilidade de uma proposta de uma escola única politécnica de 2º grau em uma sociedade marcada por uma divisão social e técnica do trabalho.

Pergunta-se: é possível uma proposta de formação profissional que atenda às necessidades e aspirações do trabalhador?

Para KUENZER (1988, p. 88), *“enquanto cidadãos os trabalhadores têm direito e aspiram a formação profissional conforme seus interesses, independentemente das necessidades do mercado. Assim, a compreensão do sistema produtivo e a aquisição do saber científico e tecnológico se constituem em seu direito de cidadão”*.

Na perspectiva da classe trabalhadora, o ensino profissional (ou formação profissional) tem por objetivo contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade. Neste sentido, a educação e orientação para o trabalho são, ao mesmo tempo, educação profissional e educação política.

6. Bibliografia

- [1] APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- [2] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- [3] CARNOY, Martins e Henry M. Levin. Escola e trabalho no estado capitalista. São Paulo: Cortez, 1987.
- [4] CARVALHO, C.M.C. E MADEIRA, M. C. O. Significado e representação social como categoria de análise em pesquisa educacional e cultura. SEC/PB ano III/84.
- [5] CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.
- [6] FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.
- [7] FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- [8] GIROUX, Henri. Teoria crítica e resistência em educação - para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

[9] KUENZER, Acácia. Ensino do 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

[10] SALM, Claudio L. Escola e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1994.